O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: REFLEXÕES HISTÓRICAS

Ruan Diego Sande da Silva, Francisco Thiago Silva

Resumo: Durante três séculos o negro africano foi tido como mercadoria de comércio e principal mão-de-obra escrava dos colonizadores, isto contribuiu sobremaneira para marginalizar a participação negra em bens básicos, como a educação. Esta pesquisa analisa a situação do ensino de África e cultura afro-brasileira na disciplina de história da rede pública de ensino do Distrito Federal. Embora atualmente a questão racial venha sendo tratada de forma mais aguda e haja melhorias e incentivos como a lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e privadas, ainda não conseguimos vencer a discriminação (SILVA, 2013). Os autores de referência (OLIVA, 2003; 2010; MUNANGA, 2005; GOMES, 2010; SILVA, 2011; 2012; FERNANDES 2005), e a entrevista semi-estruturada apontaram que a questão étnico-racial precisa ocupar um lugar especial na agenda das políticas. Se a intenção for a constituição de uma sociedade livre das marcas da escravidão negra como o racismo e a discriminação racial.

Palavras-chave: História e cultura afro-brasileira; África; Ensino.

Abstract: For three centuries the black African was regarded as trade goods and primary slave labor of colonizers, it contributed greatly to marginalize the black participation in basic goods, such as education. This research analyzes the situation of the teaching of Africa and Afro-Brazilian culture in the discipline of history of public schools in the Federal District. Although currently the race issue been treated more acute and there are improvements and incentives such as the 10.63903 law, which makes mandatory the teaching of history and Afro-Brazilian and African culture in public and private networks, we haven't been able to overcome the discrimination (SILVA, 2013). The authors of reference (OLIVA, 2003; 2010; MUNANG, 2005; GOMES, 2010; SILVA, 2011; 2012; FERNANDES 2005), and semi-structured interview showed that the ethnic and racial issue needs to occupy a special place in the policy agenda. If the intention is the creation of a society free of black slavery as racism and racial discrimination.

Keywords: Afro-Brazilian history and culture; Africa; Teaching.

Introdução

Há tempos, nos deparamos com a versão de que o Brasil é um país formado por três etnias: Índios, brancos e negros. Contudo, quando a história do país é ensinada no ambiente escolar, o aluno depara com uma série de fatos que narram a trajetória dos Europeus na América. Assim, os outros dois povos restantes ficam conhecidos superficialmente além de serem vistos sempre por uma ótica inferior com relação ao “homem branco”.

A criação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das redes de ensino, veio com o propósito de eliminar ou diminuir consideravelmente o preconceito, o descaso e representações feitas de forma errônea sobre África e os afro-brasileiros. Será que houve melhorias no ensino após a referida lei ou o conteúdo ainda continua sendo tratado de maneira desfavorecida? É possível se desvincular de um modo representativo eurocêntrico a cerca da África e dos afro-brasileiros? O ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino básico colabora para a constituição de novas representações sociais sobre o negro? São estas as questões que irão nos guiar ao longo deste artigo. Não temos a pretensão de encerrar o debate, ao contrário o intuito é ventilar a discussão e lançar outros olhares acerca do ensino da referida matéria nas escolas de educação básica.

Segundo a referida lei citada acima, deve-se frisar como conteúdo a ser ministrado aos alunos: A luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. Contudo, devemos nos atentar para a possibilidade de possíveis mudanças positivas no comportamento e modo de pensar dos brasileiros a cerca da cultura e história dos povos afro-brasileiros e africanos que podem vir a acontecer em um futuro próximo caso a referida lei seja tratada de forma coerente.

Neste trabalho iremos nos debruçar sobre como o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana está sendo transmitido aos alunos de ensino básico da rede pública de ensino do Distrito Federal, tendo em vista a legislação que determina a obrigatoriedade da temática nos currículos. O primeiro passo é conhecermos o que a história nos tem apresentado sobre a trajetória da população negra em busca de formação sistematizada.

A luta da população negra pela educação

A população negra, desde sua chegada ao Brasil, sempre enfrentou diversos obstáculos para conseguir direitos civis e para que esses direitos fossem tratados de forma igualitária na sociedade. Vistos como seres inferiores por terem características biológicas diferentes dos povos europeus, os negros foram perseguidos, escravizados e viraram mercadoria de comércio durante a colonização do Brasil. Oliva (2010), em sua obra: *Reflexos da África* mostra as várias representações dadas ao negro desde a antiguidade, quando os gregos usavam o jogo de reflexo invertido, uma forma de se colocar em uma posição superior ao africano com justificativas voltadas não só para a cor de pele, mas para a aparência física, a língua e atribuições ao meio ambiente, até a contemporaneidade onde as representações estão voltadas para características biológicas, não deixando de ser consequência do passado. Diz o autor:

[...] por meio das lentes construídas, quase sempre, com base em uma estrutura comparativa/depreciativa, tudo que se afastava da normalidade e das regras vigentes na Europa passava a ser alvo de estranhamento e crítica, ao mesmo tempo de confirmação e reafirmação de suas características e faces. (Ibidem, p. 29)

Oliva (2010) diz que obviamente não existiu somente a visão eurocêntrica, mas também uma visão do africano que vivenciou os fatos ao entrar em contato com os europeus. Porém, o olhar depreciativo e influente dos europeus sobre os africanos é tão forte que, até mesmo hoje em dia, em pleno século XXI, o próprio sujeito de etnia negra busca, de certa forma, ser fisicamente igual e cultivar os mesmos hábitos de uma pessoa de pele branca, isso porque a

imagem do negro ainda é vista como algo ruim, algo inferior que não se encaixa nos ditos “padrões de beleza”, consequência de uma identidade construída sob ótica eurocêntrica. Essa ação é historicamente conhecida como Branqueamento.

A luta da população negra por direitos que tenham o mesmo peso quando postos em uma balança vem crescendo a cada dia que passa, luta essa que é travada desde os quilombos que eram formados por negros escravos fugidos de “seus senhores”, afim de atingir liberdade. Segundo a autora, entre abortos e assassinatos de senhores, o negro vem caminhando sempre com sua participação na luta abolicionista e com isso atingindo espaço político para suas reivindicações. Gomes (2010) nos lembra que: “Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política”. (p.02)

A partir da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil em 1978, houve mudanças significativas no que diz respeito à questão étnico-racial. Após o MNU, surge também a mídia negra que é um ótimo meio de transpassar as idéias e projetos que são criados para solucionar questões de preconceito e discriminação, seja na escola, no trabalho, no lazer e no convívio geral. Nos anos 80 do século XX, as reivindicações passam a atuar em caráter mais profundo forçando a esquerda brasileira a se posicionar contra a exploração capitalista e o racismo. De acordo com Gomes (2010, p.03): “A partir desse momento, as suas reivindicações passam a focar outra intervenção política: a denúncia da postura de neutralidade do Estado frente à desigualdade racial reivindicando do mesmo a adoção de políticas de ação afirmativa e a intervenção no interior do próprio estado”.

O Estado, que antes não tinha tanta preocupação voltada à questão negra, passa então a se deparar com uma série de reivindicações vindas dos diversos movimentos étnico-raciais que cresciam consideravelmente de acordo com o passar dos anos, ganhando força por conta dessa multiplicação. Munanga (2005, p.40) em sua obra: *Superando o racismo na escola* diz que: “Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado”.

O racismo que conhecemos atualmente, nem sempre foi da maneira que é; Há cerca de quatro séculos atrás se travestia de maneira diferente. Este é fruto de concepções eurocêntricas que tiveram em sua ideologia a idéia de dominar, escravizar e catequizar o negro justificando suas ações através da diferença do outro. Para o negro escravizado, o sentimento de ser visto como inferior, sua posição como escravo e o tratamento que recebeu como sendo um ser “sem alma”, lhe trouxeram profundas tristezas. Munanga (2005, p.41) diz que “[...] o racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu”.

Santos (2007) em sua obra intitulada: *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: Desafios, políticas e práticas*, afirma que os diversos movimentos em defesa da questão étnico-racial no Brasil, embora possuam suas particularidades que lhes tornam heterogêneos, são pertencedores de um divisor comum que é a luta por políticas públicas para a população afro-brasileira na educação. O autor mostra necessária uma divisão da luta do negro em período escravista e período pós-escravista para melhor explicar as intenções que eram buscadas pelo negro. Santos (2007, p.49) diz que: “Com esta divisão [...] a prioridade na luta contra o escravismo/racismo era a liberdade, o fim da escravidão, restando outras demandas para um segundo momento”.

Após a obtenção da liberdade, vieram outras prioridades e em especial a educação. No século XV uma série de debates, discussões e monografias tentavam provar que o negro, e também o índio, eram uma “raça” inferior diante do homem de pele branca. Segundo Munanga (2005, p.44) “Toda essa produção perdeu a sua validade “doutrinária” e “científica”, mas as sequelas permanecem, daí entender porque persiste ainda hoje a prática do racismo, da discriminação, dos preconceitos”.

Diante disso, começamos a entender o porquê dos movimentos negros focarem seus discursos para a necessidade de se incluir na educação estudos sobre o negro afrodescendente e sua trajetória no Brasil. Mesmo com mudanças a favor da luta étnico-racial, o preconceito ainda nos ronda de maneira fortíssima; é preciso desconstruir a imagem errônea que é passada sobre o negro e esse árduo trabalho deve ser iniciado na escola, através de práticas educativas para que possamos nos desvincular da indiferença que existe a cerca do negro.

Ao contrário do que alguns historiadores e sociólogos dizem a respeito do negro sempre submisso ao seu “senhor”, Santos (2007) diz que na verdade a população escravizada não foi um instrumento passivo sobre o qual operaram as forças transformadoras da história, ao contrário, foi um ator social que esteve presente durante todo o processo. Santos (2007, p.54) afirma que o negro escravizado: “ Não foi apenas um mero reprodutor da vontade do senhor, comportou-se também de acordo com a sua vontade, mesmo que de maneira limitada, buscando a sua liberdade na recusa ao trabalho, entre outras formas de luta contra a escravidão e o racismo”.

No século XX essa idéia era alimentada por produções vindas do campo da literatura e do cinema que perpetuavam e divulgavam uma imagem que segundo o autor, era associada a seres primitivos, submissos, dominados, selvagens, animalizados canibais e inferiores. Durante o século citado, a África é posta pelos europeus para fora do cenário mundial, sendo conhecida por vezes, não como o continente que é, mas como um país, pobre, cheio de doenças e epidemias, com pouca participação política, dependente de outras regiões e em constantes guerras étnicas. Dando prosseguimento ao conjunto de preconceitos formados ao longo dos anos, voltemos nosso olhar daqui para diante às dificuldades e lutas encaradas pelo negro, após sua chegada ao Brasil, em busca de direitos civis e democracia, e o imaginário representativo que nos cerca nos dias atuais.

Se fizermos uma análise a cerca da trajetória do negro no Brasil, chegaremos a um divisor comum: o preconceito, a perseguição, a discriminação e inferiorização contra a raça/etnia negra continuam a existir, porém de forma camuflada, travestida em uma nova roupagem, em maneiras diferentes. Gomes (2010) em seu artigo intitulado *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira*, mostra que estudos e análises realizados pelo movimento negro e por intelectuais que estudam as relações raciais apontam que, considerando as categorias raciais preto e pardo, o percentual de ascendência negra e africana no Brasil é de 44,6%, ou seja, praticamente a metade da população brasileira é constituída por pessoas descendentes da etnia negra.

Fica evidente que no século XX o movimento negro atingia sua expansão em diversas áreas e precisava ter suas reivindicações atendidas pelo estado, pois caso contrário poderia haver uma verdadeira revolução pondo a ordem do país em risco devido à grande força que o movimento agora atingia.

Com a obtenção da liberdade no século XIX, graças às diversas lutas travadas pelo movimento negro, como as que foram citadas aqui anteriormente, a preocupação agora, no século XX, voltou-se para o direito à educação. O MNU, sabendo da importância de se ter na escola o ensino de sua história, buscou através de seus ativistas a briga pela redemocratização do país para atingir tal objetivo. Os ativistas sabiam que sem o direito à educação, o negro estaria excluído do mercado de trabalho, que é seletivo e requer a formação educacional como quesito obrigatório. Sobre a emergência de surgir mudanças na educação com relação à questão racial, Gomes (2010) afirma que:

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da história da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negra, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do movimento negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do país, resultando em questionamentos à política educacional. (Ibidem, p. 04)

Tendo em vista que a escola estava sendo um instrumento, em altíssimo potencial, reprodutor da discriminação e da indiferença que assola o negro, o movimento negro começa a introduzir, paulatinamente, suas reivindicações. A autora salienta que nos anos 90 o discurso começa a mudar ao ponto que se percebe que as políticas não atendiam à grande massa negra. Algumas iniciativas como a marcha Zumbi dos palmares, no ano de 1995, em Brasília, agem como forma de pressão e protesto pelo direito à memória do negro. Em 1996 há a mais recente conquista graças à luta negra, embora de uma maneira parcial, ocorre a elaboração da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Sobre essa nova lei que inseria parcialmente o estudo do afro descendente na escola, Gomes (2010, p.05) diz que “houve participação marcante da militância negra nos anos 80. No entanto [...] nem a constituição de 1988 nem a LDB incluíram, de fato, as reivindicações desse movimento em prol da educação”.

O movimento negro, ciente de que seus pedidos não estavam completamente inseridos na lei, continuaram a lutar por melhorias no tocante à questão étnico-racial. Foi a partir da insistência do movimento negro que as mudanças continuaram a acontecer; foi instituída a secretaria especial de promoção da igualdade racial, a secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. Em 2003 acontece finalmente uma das mudanças mais esperadas dos militantes negros. Gomes (2010, p.07) ressalta que “No tocante à educação, é nesse contexto que, finalmente, é sancionada a lei nº 10.639/03, em janeiro de 2003, alterando a lei nº 9.394/96- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

As grandes conquistas étnico-raciais que hoje percebemos são fruto de muita luta, revolta, enfrentamento e ousadia que, por vezes, causaram milhares de mortes, mas que foram necessários para que houvesse mudança. A mudança ainda precisa de forças para se concretizar e finalmente chegar ao estopim que é a igualdade racial, o direito de ser diferente e de ter hábitos característicos, o direito à democracia.

A seguir apresentaremos um breve panorama do ensino de história e cultura afro-brasileira na rede de ensino público do DF, voltando o olhar especificamente para o ensino de história, suas melhorias, implicações, a formação e capacitação continuada do professor e a posição do aluno como sendo peça fundamental para uma sociedade livre de preconceitos.

Ensino de história e cultura afro-brasileira: do Brasil para o DF

A escola é a peça fundamental para a expansão da educação. É dentro dela, e com a participação e colaboração dos profissionais de ensino, que nos tornamos cidadãos tendo a formação básica necessária para o exercício de cidadania. Como vimos na discussão anterior, no que tange ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino público e privado do Brasil, houve e, de certa maneira, ainda há falha ao ensinar o assunto. Sabemos que os brasileiros, há tempos, estão desinformados sobre sua própria história, ou seja, a história que realmente nos pertence, o índio, o negro, as lutas acentuadas anteriormente, e isso se deve em função do esquecimento e descaso presentes dentro da nossa própria educação.

Sobre a educação e a falta de transmissão dos estudos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira podemos citar de antemão o seguinte problema: A falta de qualificação do Professor. Quanto ao docente, autoridade central dentro de sala de aula, Munanga (2005, p.55) afirma que “Por tal motivo, estudar a formação do professor, no que toca a sua visão sobre o negro, é crucial para se perceber em que medida a escola está preparada para lidar com a questão racial”. Por ser algo novo, que não fez parte da formação da maioria dos professores hoje empossados nas redes de ensino, lidar com o estudo de África e dos afrodescendentes causa estranheza e até mesmo rejeição do conteúdo.

Silva (2011), em seu artigo, currículo e diversidade: Propostas para uma educação antirracista nos anos iniciais, diz que:

O que muitos pesquisadores evidenciaram é que a escola e os atores, principalmente o corpo de professores- mesmo com o advento do artigo 26-A da LDB em 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas - ainda não está preparado e por vezes não busca incluir em suas práticas pedagógicas, uma educação que contemple as relações étnicorraciais. Ao contrário, ainda existe uma negação da presença do alunado afro-descendente no ambiente escolar, o que torna complexo a construção de uma identidade negra positiva. (p.40)

Essa negação, vinda do pilar principal da educação que é a escola, é algo delicado que trás sérias consequências podendo ser vistas no espelho do próprio aluno negro que, em contato com a diminuição de sua própria história, passa a rejeitá-la. Munanga (2005) em sua pesquisa, onde entrevistou 16 professores, sendo esses das disciplinas de Matemática, História, Português e etc., notou que todos declararam não ter recebido orientação pedagógica sobre a questão racial no Brasil. Assim, o autor conclui que “[...] os cursos de complementação pedagógica (nos casos de professores com níveis de escolaridade superior) [...] não dedicam qualquer ênfase, ou melhor ainda, desconhecem a especificidade da questão racial brasileira”. (p.56)

Munanga (2005), ao fim de sua pesquisa, chega ao entendimento de que o professor, no que diz respeito à sua postura diante de questões raciais, age como propagador do preconceito já existente na sociedade seja por “[...] omissão, seja por efetivas declarações racistas, seja pelo simples fato de desconsiderar a questão, por tratá-la como um problema menor ou inexistente”. (p.56)

Trazendo esse olhar analítico dos problemas a cerca do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira para o Distrito Federal, veremos agora que os problemas supracitados anteriormente se fazem presentes na capital federal. Silva (2012), em seu estudo sobre o currículo e diversidade etnicorracial nos anos iniciais da rede pública de ensino do DF, baseado no estudo do documento curricular, diz que o educador possui influência quanto à construção do documento curricular e que a elaboração de práticas pedagógicas, além de ser responsabilidade dos gestores, é também dos docentes. Segundo o autor, a secretaria de educação, tendo visto que o currículo no DF estava defasado e não democrático, propôs uma reforma curricular através de reuniões que resultaram na Conferência Educacional, ocorrida no ano de 2008, que teve por objetivo a elaboração de novas propostas.

Essa presença de currículos distintos espalhados pelas regionais de ensino são causadores de conflitos no momento de ensinar. Um currículo mal elaborado pode está repleto de preconceitos e discriminações, que podem facilmente ser propagados pelo docente que por dúvida, desinteresse e até falta de atenção não os percebe. Além disso, o autor nos revela que uma das causas que levam a elaboração de mais de um currículo é o interesse em manter o ensino nos seus padrões tecnocráticos, onde não há interesse em fazer do sujeito um cidadão crítico, mas sim, manter o cumprimento de metas.

Silva (2012) nos chama a atenção para a falta de conhecimento existente entre os professores quanto ao currículo. Sobre fatores que geram essa falta de conhecimento diz o autor: “[...] vários motivos podem ser elencados: ausência de compromisso pedagógico e profissional do docente e da supervisão pedagógica, além da gestão escolar, fraca política de formação inicial e continuada na área curricular, entre outros”. (p.5)

De fato, o currículo possui um peso muito grande quando se fala em educação democrática e é dentro dele que se encontra o assunto que nos interessa nessa pesquisa, o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira. Silva (2012) informa que dentro do currículo do Distrito Federal não há qualquer indicação de componentes como História/Geografia, que visem o estudo das relações multirraciais e da diversidade. O autor constata que o documento curricular diminui essa temática deixando-a somente aos braços da disciplina de artes, fato que ocasiona falta de direcionamento teórico para as escolas.

Ainda sobre essa problemática, presente no currículo escolar do DF, diz o autor:

Esse texto fragmentado e pouco contextualizado continua direcionando a prática pedagógica para um ensino “folclorizado”, onde grupos que necessitam de reparação histórica e de resgate de seus protagonismos, como índios e negros são apresentados aos estudantes de forma estereotipada e carentes de um aprofundamento sobre suas contribuições para a sociedade brasileira.(p. 10)

Percebemos então que a redução do tema diversidade para uma só matéria, como é o caso de artes, torna o currículo impróprio para um bom desenvolvimento e propagação de idéias que fortaleçam de maneira adequada as relações multirraciais. A disciplina História, como percebemos, possui todas as ferramentas necessárias para o ensino de história e cultura afro-brasileira, e podemos até arriscar dizer que é a matéria que está mais ligada ao assunto, pois é essa disciplina que volta seus estudos para a busca e recuperação da memória de tempos passados, além de desenvolver no aluno o senso crítico, ou seja, faz com que o discente reflita, repense, reavalie e se torne um sujeito crítico.

O professor, por vezes, se põe numa posição confortável diante da matéria causando danos aos discentes que entram em contato com sua pessoa. Disciplinas como História e Arte que recebem uma responsabilidade maior quanto a aplicação do conteúdo de África (não que as outras matérias como Matemática, Português e etc., não possuam importância), por estarem mais ligadas ao tema, tendem como vimos anteriormente a manter o ensino clássico que insiste em inferiorizar o negro dando ênfase à história europocêntrica e infelizmente boa parte desse descaso se devem à falta de preparo do profissional de ensino.

Ao falar do professor, é importante deixarmos claro que a intenção aqui não é culpabilizar o profissional de ensino quanto a problemática que ocorre na educação, mas sim, mostrar que pertence a ele parcela da responsabilidade, e se hoje, o ensino sobre o negro nas escolas não caminha de maneira correta, se deve também ao fato da má qualificação do docente.

Fernandez (2005), em seu ensaio intitulado *Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades* acentua que com a criação da Lei 10.639/03, autorizada sob o mandato de Luís Inácio Lula da Silva, houve um avanço resultante da luta do movimento negro que possibilitou a ruptura do modelo eurocêntrico contribuindo para a extinção da escravidão cultural, que se caracteriza pelo ofuscamento do conhecimento da própria história de um povo.

Na concepção de Munanga (2005), os cursos de formação de professor desconhecem a especificidade da questão racial brasileira, o que acarreta um agravante na educação: o professorado está incapacitado para trabalhar com a questão racial e isso o torna um profissional sem percepção quanto à presença de possíveis estereótipos e preconceitos dentro da própria escola, além de fazer do docente um instrumento reprodutor do preconceito.

Silva (2011) aponta que mesmo com o advento do artigo 26-A da LDB em 2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, o professor e a gestão de ensino escolar estão despreparados e destituídos de práticas pedagógicas que contemplem relações étnico-raciais na educação. Ou seja, sem a capacidade ativa do professor junto ao corpo gestor no desenvolvimento do currículo escolar, a aprendizagem do aluno continuará perene.

Oliveira (2012), em seu artigo, *Lei 10,639/03: por uma educação antirracista no Brasil*, afirma que vivemos em um tempo onde ainda há “discursos hegemônicos que querem dominar e silenciar grupos étnicos racialmente minoritarizados”. (Grifo Nosso) (p. 103)

A lei 10.639/03, como vimos anteriormente, foi fruto da luta em busca de reconhecimento de que o Brasil é um país onde há racismo e preconceito racial. A partir dessa alteração na LDB, surgiram novas políticas de ações afirmativas com o objetivo de reparar, reforçar e valorizar o conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira. Além disso, houve a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, ambos os planos frutos da luta negra.

Sendo assim, trabalhar com a análise da questão racial é averiguar se todos os setores estão trabalhando em conjunto, pois é algo que funciona como um sistema de computação, onde a falha de um desses mecanismos pode alterar todo o seu funcionamento. O sistema racial, que metaforicamente comparamos ao computador, se compõe das políticas públicas que agem

como criadora de órgãos precisos de proteção ao afrodescendente, dos órgãos governamentais, do amparo da lei para assegurar os direitos do movimento negro, do bom funcionamento da gestão educacional, juntamente com a elaboração de um currículo escolar unificado e eficaz, além da contribuição do professor junto ao corpo escolar.

Na próxima sessão apresentaremos uma análise dos resultados encontrados no campo de pesquisa, a saber: entrevista semi-estruturada com uma professora de história da rede pública de ensino do DF.

Os achados da pesquisa: o que a *escola* diz?

Para André (2013), a elaboração do relatório final é um desafio, pois o pesquisador tem que pensar em meios viáveis que levem a uma compreensão. O relatório final deve evidenciar da maneira mais clara possível a comparação feita entre o campo empírico e os estudos teóricos a respeito do problema.

Nossa entrevista ocorreu com a professora X (que preferiu não se identificar), profissional do ensino de história na Escola Classe Maria do Rosário, que fica localizada em Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal.

A primeira pergunta direcionada à professora foi relacionada ao estudo de Oliva e se referiu às mudanças ocorridas no ensino de África após a instauração da lei 10.639/03 e se essas mudanças foram significativas. A professora nos disse:

Eu leciono há quinze anos e quando comecei a dar aula na fundação a lei 10.639/03 ainda estava há cerca de um ano para ser aprovada, mas já era um assunto que nos rodeava e nos trazia esperanças de melhorias no ensino. Sobre a sua pergunta eu digo sim, houve mudanças significativas no ensino após a implementação ocorrida na LDB. Antes, não havia projetos que enfatizassem de maneira funcional o estudo dos afro-brasileiros, nem meios e materiais adequados para a transmissão do conteúdo. Era horrível! Com a inclusão da Lei 10.639/03 os meios foram melhorando, os projetos de incentivo aos estudos dos africanos aumentou e o modo antigo, do qual ainda vemos hoje em dia nos livros didáticos, começou a ser questionado e não mais utilizado por não ser adequado. Passamos então a trabalhar com a perspectiva do negro não como a massa de manobra dos europeus, mas como sujeito de direitos, com cultura, religião e hábitos próprios e com suas diversas resistências contra a escravidão. (P - X - Ceilândia)

A resposta da professora elucida o pensamento de alguns autores anteriormente analisados, como Gomes (2010) e Munanga (2005): a lei trouxe benefícios perceptíveis para o ensino de história da África e dos afro-brasileiros, embora ainda falte muito caminho a ser percorrido para que possamos chegar a uma educação que trabalhe de forma consciente e não contribua com o preconceito.

A segunda indagação feita à professora se referiu ao aluno negro. Diante de tanto descaso que, embora hoje em dia aconteça em menor escala se comparado há algumas décadas atrás, a população negra foi submetida a passar ao longo da história, surgiu a curiosidade em saber sobre o comportamento desse aluno, se ele se sente incluído entre os demais alunos ou se há características desse aluno que levem a crer que ele se sinta inferior. Sobre esta pergunta, a

professora mostrou de forma clara o comportamento dos alunos dentro de sala e nas instalações da instituição de ensino do qual trabalha dizendo que:

Dentro de sala, e do colégio no geral, não percebo comportamento diferente entre alunos negros e alunos brancos. A relação entre eles é boa, participam, interagem e conversam entre si, sem haver distinção. Agora, ainda há atitudes de preconceito entre eles que envolvem a cor de pele, embora esse preconceito seja feito de forma brincalhona, por acharem que é normal e que não estão agindo de forma ofensiva. É o que eu estou tentando trabalhar com eles. (Ibidem)

Embora a professora nos mostre que há uma socialização entre os alunos e que de uma maneira geral todos apresentem os mesmos comportamentos, ainda é característico na escola as brincadeiras de cunho racista que são levadas pelos alunos como apenas brincadeira. Esse comportamento é uma herança da própria história que vem nos acompanhando por gerações. Para que haja mudança, as atitudes devem ser tomadas o mais breve possível e devem vir de todo o corpo de profissionais representantes da escola. É como afirma Silva (2011, p. 36) quando diz que “[...] se queremos relações sociais sadias, devemos começar pela infância”.

Munanga (2005) retrata bem os tipos de discriminação racial e étnica ocorrida dentro da própria escola, mostrando que esse ambiente é composto por relações raciais pessoais que ocorrem entre estudantes, professores e outros envolvidos além de acentuar com base em sua pesquisa feita em escola com alunos e professores que “o professorado não está capacitado para lidar com a questão racial”. (ibidem, p. 56)

Visando buscar conhecimento a respeito de materiais e projetos de incentivo ao estudo do continente africano, perguntamos se a escola proporciona esses materiais para que o professor possa trabalhar de uma maneira melhor com o tema. A professora nos informou que:

São raras às vezes em que chega algum material específico para o ensino de história da África na escola. Se eu for depender desse material, o ano chega ao fim e não consigo trabalhar algo produtivo com os alunos. (Ibidem)

Sobre essa perspectiva, Cavalleiro (2001) mostra que textos examinados e publicados entre Maio e Novembro do ano de sua obra deixam evidente que o discurso sobre a temática precisa de um olhar detalhado, pois o que se enxerga é que o estudo de África tende a retroceder no ensino, quando tratado de forma superficial. Segundo o autor, esses estudos:

Revelam a ênfase dada às datas reservadas para a comemoração da “liberdade dos escravos” e “morte de Zumbi dos Palmares – Dia da Consciência Negra”. Esse dado já remete aos aspectos da descontinuidade da reflexão que envolve relações raciais e educação. Ocorre que as questões raciais e o conflito gerado por elas têm sido vivenciados diariamente pela sociedade brasileira. A escola é *Locus* Privilegiado para a emergência desses embates, porque ali se encontram crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos fenotípicos. (Ibidem, p. 42)

Seguindo adiante com as perguntas voltadas a professora, tendo em vista sua experiência dentro de sala como profissional de ensino, pedimos a ela sugestões que possam servir como melhoria para a transmissão do ensino de África e dos afrodescendentes aos alunos do nível básico. A docente respondeu que:

Trabalhar história com os meninos nunca foi tarefa fácil. Logo que um conteúdo é iniciado, é uma abrição de boca, conversa paralela, jogos de celular, enfim, eles não têm interesse em saber sobre o que já passou. Eu sempre procuro motivá-los de diferentes maneiras, como por exemplo, programar passeios e exposições e fazê-los usar seus próprios celulares para pesquisa de diversos conteúdos. A sugestão que posso deixar é exatamente essa, motivação. Ao ministrar o conteúdo de África, que o professor trabalhe de maneira que motive o seu aluno trazendo-o para a aula. (P – X - Ceilândia)

Silva (2011) também trás sugestões para que o ensino de história africana possa seguir por rumos diferentes dos já atuados anteriormente. Diz o autor:

Se a exclusão da população negra é histórica, a educação pode ser o viés principal para as relações étnico-raciais mais sadias e possibilitar que esses alunos negros se enxerguem com plenitude no ambiente escolar [...] Educação para a diversidade é bem vinda, porém, se pudermos enxergar cada elemento desse universo sem minar sua identidade. Tolerância e respeito são fundantes quando se busca uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. (p. 42-43)

Podemos considerar o respeito como sendo o elemento básico para uma sociedade diferenciada. Se houver respeito para os homossexuais, respeito aos transexuais, respeito aos povos indígenas, dando-lhes também o direito de poder se vestir como nós e exercer a profissão que quiser sem que sejam julgados ou questionados por serem indígenas, respeito ao negro e a diversidade em geral, é certo que nos destacaremos como uma nação moderna, que deixou a história tradicional de lado e deu lugar a um universo mais justo.

Munanga (2005) objetiva bem a questão do uso de atributos que possam servir como meio para concertar o fazer histórico quanto à diferença. Um exemplo de atributo citado pelo autor são as oficinas onde ele diz que:

Uma oficina não é suficiente para crianças brancas ou negras reconhecerem-se como seres diferentes, com histórias diferentes, nem superiores nem inferiores. Uma oficina é um momento de reflexão que deve ser bem conduzida pelo (a) facilitador (a), de modo que as crianças saiam dela fortalecidas- e não envergonhadas, brancas ou negras- para continuar uma convivência onde os estereótipos consigam ser corrigidos e ambos os grupos vivam com mais saúde, livres do racismo, já que o racismo destrói quem o manifesta e quem é vítima. Uma oficina pode dar sequência a tantas outras, quando convier. Mãos às obras, literalmente! (p. 122)

Munanga (2005) alerta que ainda existem educadores que acham que discutir relações raciais não é um papel da educação, mas sim de militantes políticos, antropólogos e outros. Esse pensamento gera a falsa impressão de que não é dever da escola contribuir para as relações raciais, além disso, o autor salienta que essa concepção torna a escola, que era para ser um instrumento crítico de conhecimento, apenas uma simples máquina reprodutora do que lhe vem às mãos.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidade étno-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a

sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (Ibidem, p. 147)

Nossa pesquisa em capo nos revela que a mudança nas escolas vem ocorrendo. Seja de forma lenta ou rápida, ela vem acontecendo e trazendo benefícios para o ensino. As respostas da professora entrevistada condizem perfeitamente com a intenção dos autores aqui trabalhados e nos levam a um divisor comum; ainda há muito a ser trabalhado para que o ensino de história e cultura afro-brasileira não seja apenas um assunto secundário no ensino.

A entrevista foi voltada para uma professora de história, como já foi dito, e esta se mostrou muito bem familiarizada com a lei 10.639/03, pois está mais ligada a conteúdos que dizem respeito a lei, porém surge uma dúvida quanto os outros professores das demais matérias, Matemática, Física, Português entre outras: será que eles também estão por dentro das ferramentas para se trabalhar com o aluno sobre a história do negro, pois a nosso ver e com base nos autores é fundamental para que uma escola seja isenta de racismo e discriminação que todos os professores ali empossados tenham conhecimento da Lei citada, para que possam agir como inibidores da inferiorização e do preconceito, ao invés de propagadores.

Como dito anteriormente, desenvolver ações curriculares sobre o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira não é uma tarefa fácil. O assunto demanda ações de várias esferas do poder público.

Entretanto, debater a temática e inseri-la como maior profundidade nos cursos de formação docente pode ser um caminho possível para a construção de uma sociedade antirracista, que sabemos começa na escola.

Considerações finais

Como vimos a população negra aqui no Brasil teve os direitos civis negados, sendo considerados como seres inferiores e incapazes de exercer as mesmas posições que pessoas de pele branca exerciam, sendo forçado a trabalhar em regime escravista por um longo período da história.

Essa injustiça que ficou impregnada na historiografia, gerou consequências e memórias que podem ser enxergadas mesmo nos dias atuais e é fundamental que saibamos que toda forma de repressão pode ser equiparada a pedra de um estilingue, sendo que, quanto mais essa pedra é puxada para trás, mais forte e veloz ela ficará, assim acontece com o reprimido. Por isso o negro escravizado não foi totalmente submisso ao seu senhor, pois havia dentro de si uma cultura, um modo de pensar e agir característicos. E foi por meio de revoltas causadas de variadas maneiras que a negro foi atingindo seus objetivos e conquistando direitos iguais que lhe dessem uma condição digna para que fosse visto como um ser humano igual a qualquer outro, independente de cor, e não mais tratado como coisa.

Reflexos da escravidão, do preconceito, do racismo estão em toda parte e, embora tenham surgido políticas públicas e modificações na lei graças ao esforço da própria luta negra que favorecem e protegem a população negra, a questão não é tão simples de ser resolvida. É só visitarmos um estádio em dia de jogo de futebol pra percebermos como é evidente o racismo

em nossa nação; basta surgir nos noticiários informações de doenças contagiosas, como foi o caso do Ebola esse ano, vindas do continente africano, pra percebermos como as pessoas ainda inferiorizam a cor de pele com os piores comentários que se possa imaginar.

Não podemos dizer que nada mudou ao longo de toda caminhada, desde a escravidão ao nosso presente. Seria uma injustiça com os povos e os movimentos negros que deram sangue por mudanças, seria esquecer suas lutas. A mudança ocorreu sim, mas ainda não foi o suficiente, e um exemplo dessa insuficiência percebemos através da entrevista feita em escola pública com a professora de história que deixou claro que, embora possua vários métodos e práticas de combate ao racismo e ao preconceito, esses ainda são existentes dentro da própria escola e que dirá fora dela. Sendo assim, há uma emergência quanto ao ensino de história e cultura afro-brasileira que tem que ser atendido e tratado delicadamente para que a mudança possa continuar e para que o racismo não encontre mais brechas para se perdurar em nosso meio. É uma tarefa hercúlea, que demanda um novo olhar sobre a sociedade, a escola e a formação docente.

Referências

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação**, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/753>. Acessado em: 27/10/2014.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: Desafios, políticas e práticas**, 2010 Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf> . Acessado em: 27/10/2014

MUNANGA, Kabenguele (org) **Superando o racismo na escola**. MEC/SECAD, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf> . Acessado em: 04/11/14

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Reflexos de África: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos no Brasil e Portugal**. Goiânia – GO: Ed. Da PUC, 2010.

OLIVEIRA SILVA, Tássia Fernanda. **Lei 10.639/03: Por uma educação antirracismo no Brasil**, 2012. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_16/INTER16_008.pdf f. Acessado em: 05/10/14.

ORÍ FERNANDES, José Ricardo. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades**, 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 05/10/14

SANTOS, Sales Augusto. **Movimentos Negros, educação e ações afirmativas**, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1973/1/Tese%20Sales%20versao%20final%203.pdf> Acessado em: 16/09/14.

SILVA, Francisco Thiago. **Currículo e Diversidade Etnicorracial nos Anos Iniciais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 2012. Disponível em: <http://www.anpedco2012.ufms.br/trabalhos/GT4/ARTIGO/L-015.pdf>. Acessado em 11/11/14

SILVA, Francisco Thiago. **Currículo e Diversidade: Propostas para uma educação antirracista nos anos iniciais**, 2011. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B0Pt8YYgSJIpYzAzZjcyYjktNWZjMS00ODZiLTNmYTgtMGZhZjk0ZTM2YTEx/edit>. Acessado em: 05/10/14.

SILVA, Francisco Thiago. **Educação antirracista nos anos iniciais do ensino Fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação / Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, 2013.142 f.